

# Paraísos fiscais Indemnizações a portugueses expropriados no antigo Zaire

(cont. da pag. 34)

Sobre as declarações do ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, que antes de acabar com o denominado "offshore da Madeira" se devem atacar os paraísos fiscais "menos cooperantes e transparentes", o presidente do CINM relevou o papel de todos os Governos da República, incluindo o actual, na defesa da praça financeira.

Francisco Costa sublinhou que "sempre houve uma posição de defesa dos melhores interesses nacionais e regionais consubstanciados no CINM junto das instituições internacionais como a OCDE e UE".

"Para mim, é isso que é essencial, é a acção concreta tomada pelos Governos da República e pelo actual para assegurar a defesa dos interesses da região e do país junto dessas instituições", acrescentou.

O Centro Internacional de Negócios da Madeira não figura na lista negra, nem na cinzenta apresentada pela OCDE.

## OCDE RETIRA URUGUAI DA LISTA NEGRA APÓS COMPROMISSO COM REGRAS EM MATÉRIA FISCAL

A Organização para a Co-Operação e Desenvolvimento Económico (OCDE) decidiu retirar o Uruguai da lista negra dos paraísos fiscais, um dia após ter incluído este país, juntamente com a Malásia, Costa Rica e as Filipinas.

Em comunicado, a organização, que divulgou a lista negra na quinta-feira a pedido dos responsáveis do G20, reunidos em Londres, explicou que a decisão surgiu após o Uruguai se ter comprometido a cumprir as regras da OCDE em matéria fiscal.

"A OCDE saúda a adopção formal pelo Uruguai das normas de transparências e de intercâmbio de informações em matéria fiscal", diz a organização em comunicado.

O Governo e as autoridades bancárias do Uruguai vieram a público afirmar que a OCDE errou ao colocar o país na lista negra dos paraísos fiscais, onde figuram os Estados não cooperantes.

Entretanto, a OCDE afirmou publicamente que o Uruguai já afirmou que irá cumprir os critérios internacionais.

"O Governo está a trabalhar e a trocar informação com a OCDE para melhorar a posição do Uruguai", afirmou o ministro da Economia, Álvaro Garcia, que sublinhou no entanto que o "Uruguai não é um paraíso fiscal".

O ministro da Economia do Uruguai enviou uma carta para Angel Gurría, secretário-geral da OCDE, afirmando que "o Uruguai apoia os critérios de transparência e de troca de informação da OCDE".

"Estou satisfeito que o Uruguai se junte ao crescente número de países que está disponível para cooperar na luta contra a evasão fiscal e outros abusos fiscais", afirmou Angel Garcia.

(cont. da 1.ª pag.)

Os processos estão a cargo de um grupo de trabalho constituído entre a Embaixada da República Democrática do Congo em Lisboa e a Direcção-Geral de Assuntos Consulares, que tem 149 beneficiários identificados.

"Mas é provável que haja outros herdeiros habilitados a constituírem-se parte interessada nestas indemnizações", afirmou.

Fonte da Secretaria de Estado refere que o total de beneficiários pode ascender a 2.000.

No ano passado, Kinshasa pagou perto de oito milhões de dólares, e para este ano estão orçamentados mais 20 milhões (14,8 milhões de euros).

"A RD Congo tem feito um esforço assinalável, mesmo neste momento de crise económica e financeira", afirmou o secretário de Estado.

A quebra no valor das exportações de matérias-primas, fonte de divisas para os cofres congolezes, fez com que no final do ano passado fossem praticamente interrompidos os pagamentos.

## APRENDIDA A "LIÇÃO" DAS EXPROPRIAÇÕES, KINSHASA QUER INVESTIDORES PORTUGUESES DE VOLTA

O ministro dos Negócios Estrangeiros da República Democrática do Congo apelou na quarta-feira em Kinshasa ao regresso dos investidores portugueses ao país, garantindo que "foi aprendida a lição" das expropriações que afectou muitos cidadãos lusos na década de 1970.

"Os portugueses desempenharam um papel económico extremamente importante neste país e são excelentes as perspectivas de eles regressarem e investirem um dia", salientou Alexis Tambwe Mwamba, que falava no final do encontro que manteve com o secretário de Estado das Comunidades de Portugal, António Braga.

O governante congolês destacou as pequenas e médias empresas agrícolas, o sector farmacêutico e as grandes obras públicas, como as áreas em que os investimentos portugueses se poderão verificar.

"A nossa crise económica começou com a 'zairinização' (expropriações e nacionalizações decretadas na década de 1970 pelo então ditador Mobutu Sese Seko). Foi uma lição para o futuro que nunca mais voltará a acontecer", assegurou.

A questão das compensações aos portugueses expropriados foi um ponto central da visita do governante português a Kinshasa.

O chefe da diplomacia congolês assegurou que para este ano está previsto o pagamento de indemnizações a cidadãos portugueses no valor de 20 milhões de dólares (15 milhões de euros), mais do dobro do que foi pago em 2008.

"Com Portugal temos sempre uma boa cooperação", afirmou Tambwe Mwamba.

Por seu turno, António Braga salientou a necessidade de serem encontrados mecanismos de protecção e estímulo de investimentos, antes de se poder falar no regresso das empresas portuguesas à RD Congo.

"Passámos em revista diversas oportunidades de desenvolvimento dessas relações e a possibilidade de criarmos no futuro muito próximo um conjunto de acções que permitam uma intervenção do sector económico e financeiro português aqui", acrescentou.

António Braga referiu em par-

ticular as oportunidades nos sectores farmacêutico e construção de infra-estruturas.

"Há uma total abertura para que isso aconteça. Estudaremos agora o quadro em que se pode desenhar não só uma protecção a esses investimentos, mas também as condições para serem efectuados", nomeadamente ao nível do financiamento, afirmou o secretário de Estado português.

A definição deste instrumento foi abordada em conversações com o Ministério para a Reconstrução.

## INDEMNIZAÇÃO DE EXPROPRIADOS PORTUGUESES ABRE CAMINHO A NOVOS NEGÓCIOS

O secretário de Estado das Comunidades efectuou uma visita à República Democrática do Congo, para acertar a indemnização de emigrantes portugueses expropriados nas nacionalizações da década de 1970 e assim dar um impulso às relações económicas bilaterais.

Na sua terceira visita de trabalho ao ex-Zaire, o maior país da África subsaariana, António Braga teve como "ponto principal" as compensações pela "zairinização", processo que tem estado pendente devido à falta de divisas do Banco Central do país, segundo afirmou recentemente o embaixador português no país, João Perestrelo.

Fonte do gabinete do secretário de Estado das Comunidades disse que, da visita a Kinshasa, saiu a formalização de um grupo de trabalho ao nível dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros, que terá a seu cargo a gestão e aceleração dos processos de indemnização.

Na Embaixada da República Democrática do Congo em Lisboa, constatou-se que estão a ser encaminhados pedidos de indemnização.

A representação diplomática congolês recebe, com conhecimento para a Direcção-Geral dos Assuntos Consulares, os processos enquadrados na "zairinização" de 1973, acompanhados de documentação comprovativa, nomeadamente a chamada "carta de expropriação", segundo refere aviso da Embaixada datado de sexta-feira.

Em 1973 viviam entre 25 mil e 30 mil portugueses no então Zaire, presidido por Mobutu Sese Seko.

Os ex-proprietários - nomeadamente agrícolas e comerciais - serão cerca de 2.000.

Hoje, residem perto de 800 portugueses no país, que se encontra na cauda do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas e que ainda no final do ano passado viu reacender-se um conflito no Leste do país, entretanto serenado.

O embaixador português referiu recentemente que já foram indemnizados 55 portugueses, estando pendentes processos avaliados num total de 15 milhões de dólares (perdo de 12 milhões de euros).

Em Kinshasa, António Braga teve contactos ao mais alto nível, nomeadamente com primeiro-ministro, Adolphe Muzito, e com o ministro dos Negócios Estrangeiros e Saúde, além do vice-ministro do Orçamento.

Na agenda estavam também reuniões com dois ministros luso-descendentes: José Endendo e Olivier Etsu.

A expectativa é que a resolução do processo de indemnizações abra caminho a uma intensificação das relações bilaterais e a oportunidades de negócio de empresas portuguesas, num país muito caente de infra-estruturas e

com grande abundância de riquezas naturais e minerais.

As autoridades de Kinshasa têm vindo a demonstrar a sua "abertura" para envolver empresas portuguesas nas oportunidades de negócio, nomeadamente nos domínios da Agricultura, Energia, Construção, Telecomunicações, Transportes, Educação e Saúde.

Para esta "abertura de portas" aos negócios, equivalente à realizada na Venezuela, será central o envolvimento da comunidade lusa local, com a qual o secretário de Estado teve diversos encontros.

Em 1973 viviam entre 25 mil e 30 mil portugueses no então Zaire, presidido por Mobutu Sese Seko.

Os ex-proprietários - nomeadamente agrícolas e comerciais - serão cerca de 2.000.

Hoje, residem perto de 800 portugueses no país, que se encontra na cauda do Índice de Desenvolvimento Humano das Nações Unidas e que ainda no final do ano passado viu reacender-se um conflito no Leste do país, entretanto serenado.

"Exortamos os homens de negócios portugueses a explorarem e aproveitarem as oportunidades que desenvolvem o Congo em sectores importantes e que estão em processo de abertura", declarou o primeiro-ministro.

Em particular, Muzito apontou o programa de privatizações em curso nos domínios da electricidade, água, seguros, segurança social e minas, manifestando-se aberto a parcerias público-privadas entre o Estado da RD Congo e empresas portuguesas.

"Podem ser criadas sociedades importantes em parceria entre o Estado congolês e empresas, quer sejam de grande ou pequena dimensão", adiantou.

O primeiro-ministro da RD Congo salientou, por outro lado, o papel histórico dos portugueses no desenvolvimento da economia e do comércio do país, mesmo nas áreas mais inhóspitas.

"(Os portugueses) investiram no Congo e contribuíram para valorizar o país. No comércio foram os portugueses a manter as relações de proximidade, o povo que trabalhava perto dos congolezes, no meio dos camponeses", referiu.

Muzito acrescentou que vão prosseguir os pagamentos das indemnizações aos portugueses expropriados pelo antigo ditador Mobutu, no âmbito da "zairinização" do país, a par de esforços para que esse dinheiro não seja desviado por intermediários e possa até ser reinvestido na RD Congo.

"Vamos tomar precauções para que os verdadeiros beneficiários possam receber os pagamentos sem serem vítimas de mandatários" que intermedeiam a negociação dos processos com as autoridades da RD Congo e, no final, reclamam uma parte substancial das indemnizações, disse o primeiro-ministro.

Alain Lubamba, vice-ministro do Orçamento da RD Congo, considerou o pagamento das indemnizações um sinal forte aos "amigos e irmãos" portugueses.

"É sobretudo um encorajamento para que regressem ao nosso país que é também deles", disse aos jornalistas após um encontro com o secretário de Estado português.

As autoridades da RD Congo estão a analisar 149 processos e pretendem acelerar o ritmo de pagamento das indemnizações, que estiveram praticamente bloqueadas no final de 2008, devido à falta de divisas a nível do Banco central de Kinshasa.

Em 2007 e 2008 foram concluídos 55 processos e pagos mais de sete milhões de dólares (5,29 milhões de euros).

"A crise internacional fez com que não tivéssemos evoluído ao ritmo desejado. Mas estamos a procurar resolver definitivamente este litígio para podermos voltar aos velhos amores entre portugueses e congolezes", concluiu.

## ENTRADA DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA EM KINSHASA PODE ESTIMULAR ENSINO DO PORTUGUÊS

Portugal quer promover o ensino do português como língua estrangeira na República Democrática do Congo, e, para este fim, apoia uma ambicionada entrada da Universidade Lusófona no país, afirmou o secretário de Estado das Comunidades.

"Conheço que a Universidade Lusófona está interessada e Portugal vê com bons olhos que essa ou outra universidade qualquer possam aqui estabelecer parcerias, e com elas desenvolver a presença da língua portuguesa localmente", afirmou António Braga em Kinshasa.

Em vista está um protocolo

com a Escola Portuguesa de Kinshasa, que tem hoje um reduzido número de alunos e como tal as suas instalações são consideradas largamente desaproveitadas.

"A Escola Portuguesa já foi maior, em frequência e em trabalho, portanto será uma oportunidade de revitalizar essa escola, que Portugal apoia, desde o início desta legislatura", sublinha.

"O governo não tem uma visão paternalista desses projectos, muito menos qualquer apetência para uma intervenção directa. Estimulamos essas parcerias. A Escola tem excelentes instalações e o Estado não enjeita a possibilidade de participar", afirma Braga.

A participação pública realizar-se através do envio de professores, a coberto da verba de 30 milhões de euros recentemente aprovada para reforço da língua portuguesa

"Há condições para podermos sinalizar esse interesse e esse empenho no reforço da importância da língua", salienta.

## ENTRADA DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA EM KINSHASA PODE ESTIMULAR ENSINO DO PORTUGUÊS

Portugal quer promover o ensino do português como língua estrangeira na República Democrática do Congo, e, para este fim, apoia uma ambicionada entrada da Universidade Lusófona no país, afirmou o secretário de Estado das Comunidades.

"Conheço que a Universidade Lusófona está interessada e Portugal vê com bons olhos que essa ou outra universidade qualquer possam aqui estabelecer parcerias, e com elas desenvolver a presença da língua portuguesa localmente", afirmou António Braga em Kinshasa.

Em vista está um protocolo

com a Escola Portuguesa de Kinshasa, que tem hoje um reduzido número de alunos e como tal as suas instalações são consideradas largamente desaproveitadas.

"A Escola Portuguesa já foi maior, em frequência e em trabalho, portanto será uma oportunidade de revitalizar essa escola, que Portugal apoia, desde o início desta legislatura", sublinha.

"O governo não tem uma visão paternalista desses projectos, muito menos qualquer apetência para uma intervenção directa. Estimulamos essas parcerias. A Escola tem excelentes instalações e o Estado não enjeita a possibilidade de participar", afirma Braga.

A participação pública realizar-se através do envio de professores, a coberto da verba de 30 milhões de euros recentemente aprovada para reforço da língua portuguesa

"Há condições para podermos sinalizar esse interesse e esse empenho no reforço da importância da língua", salienta.

## ENTRADA DA UNIVERSIDADE LUSÓFONA EM KINSHASA PODE ESTIMULAR ENSINO DO PORTUGUÊS

Portugal quer promover o ensino do português como língua estrangeira na República Democrática do Congo, e, para este fim, apoia uma ambicionada entrada da Universidade Lusófona no país, afirmou o secretário de Estado das Comunidades.

"Conheço que a Universidade Lusófona está interessada e Portugal vê com bons olhos que essa ou outra universidade qualquer possam aqui estabelecer parcerias, e com elas desenvolver a presença da língua portuguesa localmente", afirmou António Braga em Kinshasa.

Em vista está um protocolo

**INSURANCE CLAIMS PROCESSED!**

**COMMERCIAL AUTO GLASS**

SBS WINDSCREENS SBS

FRONT WINDSCREENS

DOOR GLASS VENT GLASS

**0861 57 57 57**  
SELBY | VAAL | PRETORIA | SPRINGS  
EAST RAND | DURBAN | CAPE TOWN

**COMMERCIAL RADIATOR & LOCK CENTRE**

RADIATORS FANS

FREE WHEEL HUB LOCKSETS WITH HOUSING

**(011) 493 - 7979**  
Cnr Trump & Westex str, Selby, Johannesburg

**COMMERCIAL AUTO PARTS**  
Getting you back on the road. Fast!

BONNETS BUMPERS FENDERS

SHOCKS PLUGS BRAKE PADS

**(011) 493 - 7010**  
Cnr Trump & Westex str, Selby, Johannesburg

**ENGINES FOR AFRICA**

3 MONTHS GUARANTEE ON ALL DIESEL ENGINES

GEARBOXES CYLINDER HEADS

DIESEL PUMPS PETROL & DIESEL ENGINES

Johannesburg Vereeniging Springs  
(011) 622 5571 (016) 422 5140 (011) 811 4077

O Século de Joanesburgo  
Jornal em língua portuguesa  
de maior divulgação na África Austral